

# PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL SIMPLIFICADA 2021



**SECRETARIA DA FAZENDA**



# PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL SIMPLIFICADA 2021

SALVADOR, 2022

Bahia. Governo do Estado.  
B151p Prestação de Contas Anual Simplificada 2021 / Organizador, Manuel  
Roque dos Santos Filho; equipe técnica, Itamar Araújo Gomes Júnior...  
[et al.].

Salvador: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 2022.  
68p. : il. Color.

Título anterior: Prestação de Contas Anual Simplificada 2020.

1. Administração pública – Prestação de contas – Bahia.  
I. Bahia. Secretaria da Fazenda. II. Título

CDD 351  
CDU 35

Elaboração da Ficha Catalográfica: Coordenador da Biblioteca UCS/SEFAZ- Jean Bezerra.



**GOVERNO  
DO ESTADO**



SECRETARIA  
DA FAZENDA

**Governador**  
RUI COSTA

**Secretário da Fazenda**  
MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO

**Subsecretário da Fazenda**  
JOÃO BATISTA ASLAN RIBEIRO

**Chefe de Gabinete**  
ADRIANO TADEU OLIVEIRA GUEDES CHAGAS

**Superintendente de Administração Financeira**  
ANTÔNIO HUMBERTO NOVAIS DE PAULA

**Coordenadora de Desenvolvimento de Sistemas Corporativos da Área Financeira**  
ELVIRA CANDIDA CERDEIRA SILVA

**Coordenador Geral de Planejamento, Acompanhamento e Controle Financeiro**  
ILAN NOGUEIRA DE OLIVEIRA SANTANA

**Diretor do Tesouro**  
MURILO CARNEIRO DA COSTA

**Diretor da Contabilidade Aplicada ao Setor Público**  
MANUEL ROQUE DOS SANTOS FILHO  
CRC-BA 18.358/0-5





## **MISSÃO DA SEFAZ:**

**Prover e administrar os recursos financeiros para viabilizar as políticas públicas do Estado e orientar o cidadão quanto à importância do pagamento dos tributos e do controle da aplicação dos recursos públicos.**



# Sumário

<b>CAPÍTULO 1</b> — O que é a Prestação de Contas Anual? .....	9
<b>CAPÍTULO 2</b> — Os Tributos e o Gasto Público.....	10
<b>CAPÍTULO 3</b> — Como é Dividido o Relatório da Prestação de Contas? .....	15
<b>CAPÍTULO 4</b> — O Que é o Orçamento Público? .....	16
<b>CAPÍTULO 5</b> — O Que São Receitas Orçamentárias? .....	17
<b>CAPÍTULO 6</b> — O Que São Despesas Orçamentárias? .....	20
<b>CAPÍTULO 7</b> — Como se dá a Classificação Funcional da Despesa Orçamentária? .....	23
<b>CAPÍTULO 8</b> — O que é o Balanço Orçamentário?.....	25
<b>CAPÍTULO 9</b> — Como se dá a Análise do Balanço Orçamentário?.....	27
<b>CAPÍTULO 10</b> — O que é o Balanço Financeiro?.....	29
<b>CAPÍTULO 11</b> — O que é a Demonstração dos Fluxos de Caixa?.....	32
<b>CAPÍTULO 12</b> — O que é o Balanço Patrimonial? .....	35



<b>CAPÍTULO 13</b> — Como é Dividido o Balanço Patrimonial?.....	36
<b>CAPÍTULO 14</b> — O que é a Demonstração das Variações Patrimoniais?.....	43
<b>CAPÍTULO 15</b> — Como é dividida a Demonstração das Variações Patrimoniais? .....	44
<b>CAPÍTULO 16</b> — De Que Forma o Resultado das Variações Patrimoniais Afeta o Balanço Patrimonial?.....	48
<b>CAPÍTULO 17</b> — O Que é a Provisão Matemática Previdenciária? .....	50
<b>CAPÍTULO 18</b> — Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF .....	51
<b>CAPÍTULO 19</b> — O que é a Dívida Pública? .....	53
<b>CAPÍTULO 20</b> — O que é Balanço Econômico? .....	55
<b>CAPÍTULO 21</b> — As Concessões de Serviços Públicos, as Parcerias Público-Privadas (PPP) e os Consórcios Públicos .....	58
<b>CAPÍTULO 22</b> — Pandemia Covid 19 - Aspectos Legais, Econômicos, Financeiros e Fiscais .....	66
<b>CONCLUSÃO:</b> .....	69
<b>EQUIPE TÉCNICA</b> .....	71

## CAPÍTULO 1

# O QUE É A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL?

Fazer a Prestação de Contas Anual é um dever de todo administrador público e norma elementar de conduta de quem quer que utilize os recursos públicos, conforme definido no Artigo 70, parágrafo único da Constituição Federal:

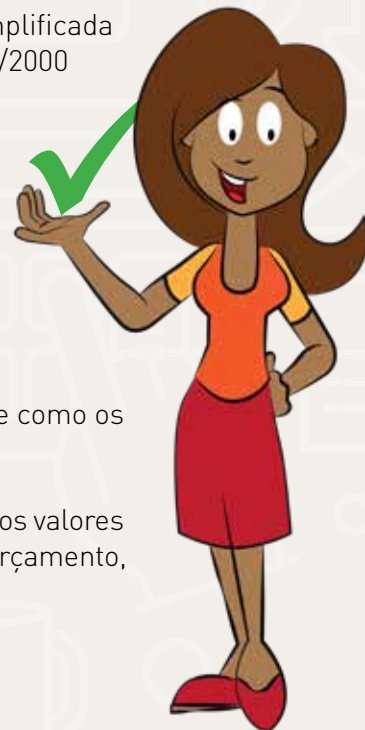
*“Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos (...)”.*

A edição e publicação do Relatório da Prestação de Contas em sua versão simplificada tem o objetivo de atender ao que dispõe o Art. 48, da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

*“Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.”*

Por meio da Prestação de Contas Anual, a sociedade toma conhecimento de como os recursos públicos foram aplicados.

No Estado da Bahia, é no relatório de prestação de contas do governador que os valores recebidos e gastos pelo Estado são demonstrados sob os pontos de vista do Orçamento, das Finanças, do Patrimônio e da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.



## CAPÍTULO 2

# OS TRIBUTOS E O GASTO PÚBLICO

Para melhor entendimento da Prestação de Contas do Estado, é importante saber um pouco sobre as suas fontes de receitas e como elas são utilizadas.

Portanto, onde há investimento público, os tributos estão presentes: de unidades de pronto atendimento a hospitais e serviços de alta complexidade; da educação básica à universidade pública; das viaturas aos equipamentos das polícias Civil e Militar; das obras viárias aos investimentos em saneamento básico; infraestrutura urbana e habitação, sem falar nos salários e aposentadorias dos servidores públicos responsáveis pela prestação desses serviços.

O Estado não pode funcionar sem receitas, isto é, sem recursos financeiros para o cumprimento de suas funções. É o recebimento das receitas de tributos que viabiliza a manutenção dos bens públicos e dos serviços prestados pelo setor público à sociedade. Cada serviço, em áreas como saúde, educação, segurança, infraestrutura, proteção social, proteção ambiental, cultura, e muitas outras, só pode existir graças às receitas tributárias.

Portanto, onde há investimento público, os tributos estão presentes: de unidades de pronto atendimento a hospitais e serviços de alta complexidade; da educação básica à universidade pública; das viaturas aos equipamentos das polícias Civil e Militar; das obras viárias aos investimentos em saneamento básico; infraestrutura urbana e habitação, sem falar nos salários e aposentadorias dos servidores públicos responsáveis pela prestação desses serviços.

**É o recebimento das receitas de tributos que viabiliza a manutenção dos bens públicos e dos serviços prestados pelo setor público à sociedade.**



# O CAMINHO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS



## IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES: QUAL A DIFERENÇA?

Como contribuintes, pagamos tributos sob diferentes formas. Mas pouca gente sabe dizer qual a diferença entre impostos, taxas e contribuições. Ou ainda: quais os principais tipos de tributos. Definir estes conceitos é uma forma de educar a sociedade para que esta compreenda a origem de cada obrigação, bem como entenda também como os recursos públicos são aplicados. Confira, no glossário abaixo, a definição para cada categoria.

**IMPOSTO** – É o tributo cuja obrigação é gerada por uma situação independente de qualquer atividade estatal específica. Isso quer dizer que a cobrança do imposto não está vinculada a qualquer contraprestação diretamente proporcional ao valor exigido. O imposto é aplicado em razão das necessidades da sociedade, e sua aplicação visa ao bem comum.

**TAXA** – o pagamento de taxas corresponde a uma atuação estatal específica. O Estado presta um serviço pelo recebimento do tributo. As taxas se subdividem em dois grupos: no primeiro estão aquelas que são relacionadas com o exercício regular do poder de polícia, como acontece com a vigilância sanitária, e no segundo, aquelas decorrentes de serviço público específico utilizado pelo contribuinte, a exemplo da emissão de documentos, como a carteira de motorista; ou posto à sua disposição, como a taxa de lixo.

**CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA** – é cobrada em função da atuação estatal indiretamente relacionada com o contribuinte, mas que lhe trará benefícios diretos. Pode ser cobrada, por exemplo, dos proprietários que tiverem o imóvel beneficiado em razão de obra pública.

**EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO** – Apenas a União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios para



atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência; ou viabilizar investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional. Trata-se de um tributo restituível, isto é, deve ser devolvido ao contribuinte.

**CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS** – podem ser instituídas pela União, pelos Estados e Distrito Federal e pelos Municípios para custeio de sistemas de previdência e seguridade social, que incluem a previdência social, a assistência à saúde e à assistência social. São exemplos: PIS/Pasep, Cofins e INSS.

Você sabia que existem tributos que são específicos dos estados e do Distrito Federal? Conheça alguns deles:

**ICMS** – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

*Incide sobre a comercialização de mercadorias e a prestação de serviços de comunicação e transporte interestadual e intermunicipal. É cobrado sobre energia elétrica, telefonia, comercialização de mercadorias nas lojas e supermercados, etc.*

**IPVA** – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.  
É cobrado dos proprietários de veículos automotores.

**ITD** – Imposto sobre a Transmissão de “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos  
Incide sobre herança ou doação, por exemplo, quando o pai decide doar aos filhos uma casa ou uma quantia em dinheiro.



## CENÁRIO DA PARTICIPAÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS, REFERÊNCIA ANO 2021:

No cenário de arrecadação dos tributos estaduais o ICMS tem uma participação amplamente hegemônica, com percentual de 91,60%, em números de 2021, seguido do IPVA com 4,57% e Taxas com 2,96%, conforme visto no quadro:

**QUADRO 1**

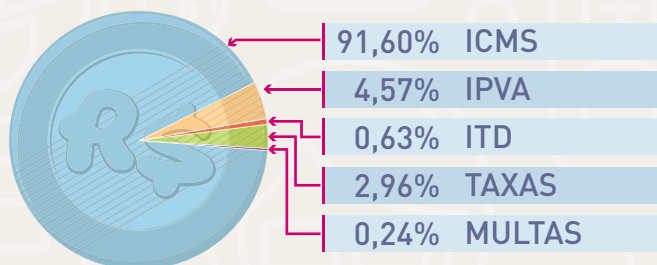
### ARRECAÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS – ANO 2021

TRIBUTOS	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO TOTAL
ICMS	91,60%
IPVA	4,57%
ITD	0,63%
Taxas	2,96%
Multas	0,24%

Fonte: Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária – SIGAT

**GRÁFICO 1**

### ARRECAÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS – ANO 2021



Fonte: Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária - SIGAT

## CAPÍTULO 3

# COMO É DIVIDIDO O RELATÓRIO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS?

O Relatório de Prestação de Contas elaborado pela Secretaria da Fazenda é dividido em módulos de gestão:

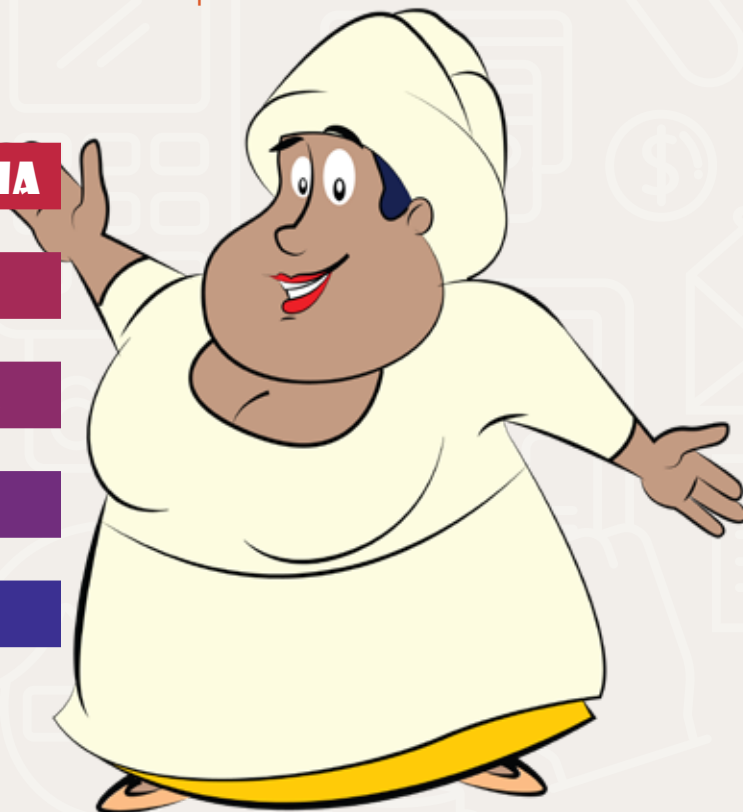
**GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**

**GESTÃO FINANCEIRA**

**GESTÃO PATRIMONIAL**

**GESTÃO FISCAL**

**GESTÃO ECONÔMICA**





## CAPÍTULO 4

# GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

## O QUE É O ORÇAMENTO PÚBLICO?

O ente público precisa anualmente realizar um planejamento de suas receitas e despesas. O orçamento público é aprovado pela Assembleia Legislativa por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA, que demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas para determinado ano.

**O orçamento de 2021 foi aprovado pela Lei nº 14.291, de 19 de janeiro de 2021.**

A partir da previsão da receita a ser arrecadada e da fixação das despesas a serem pagas pelos órgãos, entidades e fundos públicos é que pode ser iniciado o chamado exercício financeiro.

Na área pública, um dos princípios orçamentários é o do equilíbrio. Significa que as receitas previstas deverão ser iguais às despesas fixadas. Legalmente, na execução do orçamento o Estado não pode gastar mais do que arrecada.



## CAPÍTULO 5

# O QUE SÃO RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS?

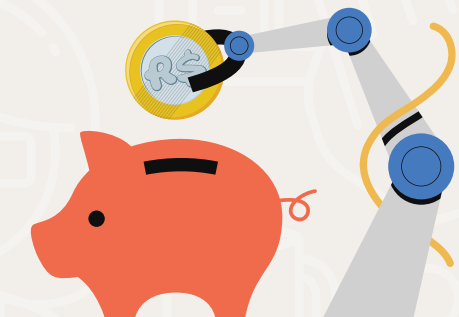
Todo recurso que entra nos cofres do Estado é considerado um ingresso. Quando esse ingresso pode ser utilizado para pagamento de despesas orçamentárias, é classificado como receita orçamentária.

Quando o ingresso precisa ser devolvido para o seu depositante, ele é considerado um ingresso extraorçamentário.

As receitas orçamentárias estão classificadas quanto à sua categoria econômica como receitas correntes ou receitas de capital.

### RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

São todos os ingressos de recurso financeiro que representem, geralmente, disponibilidade para que o erário possa financiar as despesas orçamentárias.



## RECEITAS CORRENTES

São os recursos originários do poder do Estado de recolher tributos, bem como das demais atividades exercidas pelo Poder Público, além dos juros e outros encargos recebidos em decorrência de operações de crédito onde o Estado figure como credor, assim como os recursos recebidos a título de transferências de convênios ou similares.

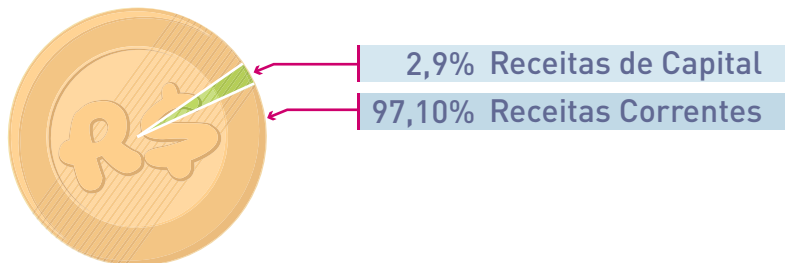
## RECEITAS DE CAPITAL

São aquelas provenientes da conversão em espécie, de bens e direitos compreendidos no ativo não circulante, e decorrente de recebimento de amortização de operação de crédito onde o Estado figura como credor, bem como o recurso oriundo de operação de crédito interna ou externa, inclusive emissão de títulos. As transferências de outros entes governamentais, constitucionais ou voluntárias, para investimentos, também são classificadas nesse grupo.

Em 2021, as receitas correntes representaram 97,05% da receita orçamentária realizada pelo Estado.

### GRÁFICO 2

#### RECEITAS REALIZADAS EM 2021

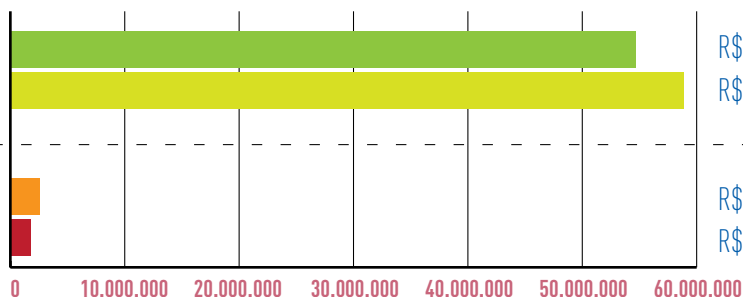


FIPLAN

## RECEITAS PREVISTAS X RECEITAS REALIZADAS

O total de receitas correntes retificadas chegou a 107,7% do previsto, alcançando o montante de R\$ 58.905.588 mil. As receitas de capital totalizaram 70,4% do previsto na LOA, em função da frustração na execução das operações de crédito e transferências de capital.

### RECEITAS PREVISTAS X RECEITAS REALIZADAS



#### Receitas Correntes

R\$ 54.682.233 mil • Previsão Atualizada

R\$ 58.905.588 mil • Realização

#### Receitas Capital

R\$ 2.543.626 mil • Previsão Atualizada

R\$ 1.789.760 mil • Realização

Fonte: Fiplan Gerencial

## CAPÍTULO 6

# O QUE SÃO DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS?

### DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Despesas orçamentárias são aquelas cuja realização depende de autorização legislativa, e não podem ser realizadas sem previsão na lei orçamentária ou em lei especial.

Segundo a sua natureza, as despesas orçamentárias podem ser classificadas por categoria econômica e por grupos de despesa.

### CATEGORIA ECONÔMICA

#### DESPESAS CORRENTES

São aquelas que contribuem diretamente para a manutenção e a prestação de serviços anteriormente criados, a exemplo do pagamento de benefícios sociais a servidores ativos e inativos; de transferência a outros entes da Federação ou entidade privada; da realização de obras de adaptação e conservação de bens imóveis e de uso comum; e do pagamento de juros e outros encargos da dívida.

#### DESPESAS DE CAPITAL

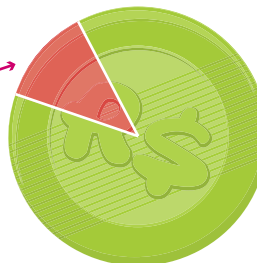
São aquelas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, e são destinadas à execução de obras, à integralização de capital, às aquisições de bens, bem como à concessão de empréstimos, ao refinanciamento e à amortização da dívida.

O **Gráfico 3** demonstra a participação das despesas correntes no montante de R\$ 49.627.199.426, e de capital no montante de R\$ 6.954.924.919, no total da despesa empenhada no exercício de 2021, que foi no valor de R\$ 56.582.124.345.

**GRÁFICO 3****COMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2021**

Despesas de Capital 12,29%

Despesas Correntes 87,71%



## GRUPOS DE DESPESAS

As despesas orçamentárias, quanto à sua natureza, estão divididas em grupos:

- ➔ Despesas com pessoal e encargos sociais;
- ➔ Despesas com juros de dívidas;
- ➔ Outras despesas correntes (manutenção para funcionamento dos Órgãos e Entidades);
- ➔ Investimentos (compra de veículos, obras, construções de escolas, estradas etc.);
- ➔ Inversões financeiras (aquisição de bens de terceiros já em uso);
- ➔ Amortização da dívida (pagamento de empréstimos).

O **Gráfico 4** apresenta a participação desses grupos no total da despesa empenhada no exercício de 2021, que foi no valor de R\$ 56.582.124.345.

**GRÁFICO 4**

### COMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2021

Pessoal e Encargos Sociais 44,36%

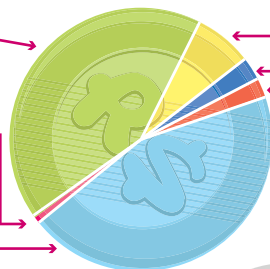
Juros e Encargos da Dívida 1,00%

Outras Despesas correntes 42,35%

7,23% Investimentos

2,71% Inversões Financeiras

2,35% Amortização da Dívida



FIPLAN

## CAPÍTULO 7

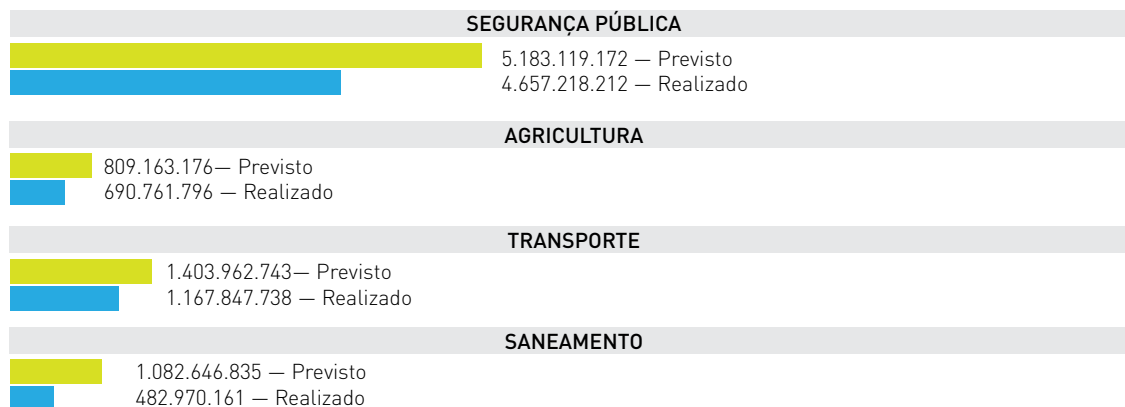
# COMO SE DÁ A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA?

A classificação funcional da despesa é a estrutura de funções, que indicam as áreas de atuação do governo, como saúde, educação, segurança pública, entre outras.

O **Gráfico 5** apresenta as despesas orçadas e realizadas, considerando as principais áreas de atuação do Governo do Estado da Bahia no exercício de 2021.

### GRÁFICO 5

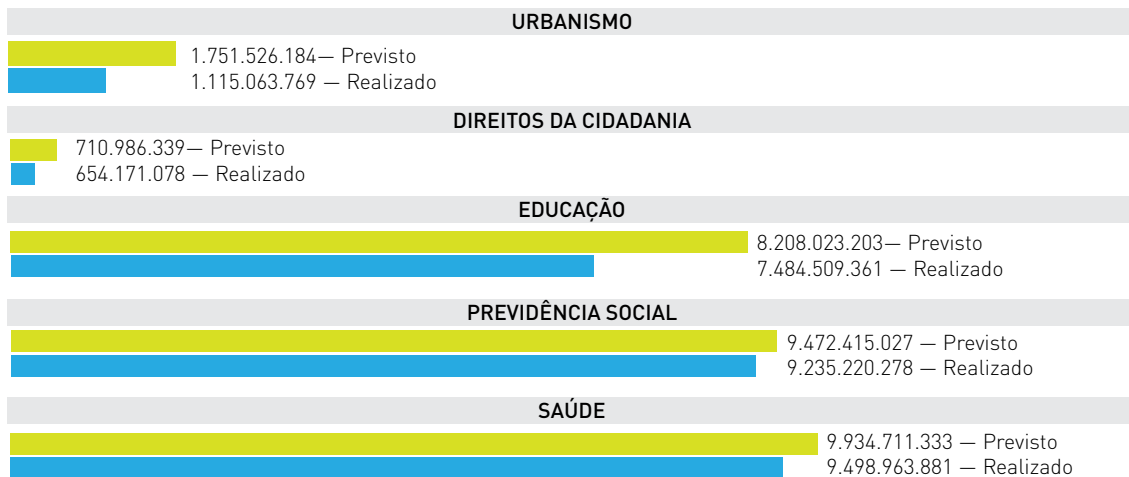
#### DESPESAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL - 2021



**CONTINUA**



**CONTINUAÇÃO**



FIPLAN



## CAPÍTULO 8

# O QUE É O BALANÇO ORÇAMENTÁRIO?

O Balanço Orçamentário é um demonstrativo que apresenta o comportamento das receitas e das despesas orçamentárias, comparando os valores de receitas previstas com as receitas realizadas, de despesas fixadas com as despesas executadas em todas as suas etapas, bem como o confronto entre as receitas e despesas, apurando o resultado orçamentário.



TABELA 1

### BALANÇO ORÇAMENTÁRIO RESUMIDO - 2021

Especificação	Receita			
	Prevista Atualizada	Realizada	Diferença	Realização (1)
Receitas Correntes <sup>(3)</sup>	60.536.179.655	66.224.492.021	5.688.312.366	109,40%
(-) Conta Retificadora da Receita Corrente	-5.853.946.982	-7.318.904.174	1.464.957.192	125,03%
Receitas Correntes Retificadas (A) <sup>(2)</sup>	54.682.232.673	58.905.587.847	4.223.355.174	107,72%
Receita de Capital (B)	2.543.626.011	1.789.759.639	-753.866.372	70,36%
SOMA I ( A + B )	57.225.858.684	60.695.347.487	3.469.488.803	106,06%

TABELA 1

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO RESUMIDO - 2021**

Especificação	Despesa			
	Fixada Atualizada	Empenhada	Diferença	Realização (1)
Despesas Corrente (C)	52.006.640.311	49.627.199.426	2.379.440.885	95,42%
Despesas de Capital (D)	9.140.197.902	6.954.924.919	2.185.272.983	76,09%
Reserva de Contingência (E)	0	-	-	
SOMA II ( C+D+E )	61.146.838.213	56.582.124.345	4.564.713.868	92,53%
<b>Superávit / Déficit Orçamentário</b>	<b>4.113.223.142</b>			
<b>Total</b>	<b>60.695.347.487</b>			

Fonte: FIPLAN / SEFAZ

(2) Essa nomenclatura diverge da denominação utilizada no FIPLAN para diferenciá-la da Receita Corrente Líquida (RCL) apurada na LRF.

(3) As Receitas e Despesas Intraorçamentárias Correntes foram incluídas em Receitas e Despesas Correntes.



## CAPÍTULO 9

# COMO SE DÁ A ANÁLISE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO?

A análise ocorre por meio da previsão da receita orçamentária em comparação com o montante efetivamente realizado. Também é analisado o comportamento da despesa orçamentária.

### COMPORTEAMENTO DA RECEITA

É analisado se ocorreu excesso de arrecadação ou frustração de receita.

Quando a receita realizada (arrecadada) é maior que a receita prevista atualizada, tem-se um excesso de arrecadação.

Quando a receita realizada (arrecadada) é menor que a receita prevista atualizada, tem-se uma frustração de receita.

Para 2021, analisando o Balanço Orçamentário Resumido, ocorreu um excesso de arrecadação de receita no montante de R\$ 3.469.489 mil, ou seja, 106,06% da receita prevista foi realizada.

### COMPORTEAMENTO DA DESPESA

É analisado se ocorreu economia orçamentária.

Quando a despesa executada (empenhada) é menor que a dotação atualizada, tem-se uma economia orçamentária.

**ATENÇÃO:** O ente público não pode executar (empenhar) valor maior que aquele autorizado em orçamento, que é distribuído nos Órgãos, Entidades e Fundos Públicos por meio de dotações orçamentárias.

Para 2021, analisando o Balanço Orçamentário Resumido, ocorreu uma economia orçamentária no montante de R\$ 4.564.714 mil.

## RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

É analisado se ocorreu superávit ou déficit.

O resultado orçamentário corresponde ao confronto entre as receitas realizadas (arrecadadas) e as despesas empenhadas.

Quando a receita orçamentária é maior que a despesa orçamentária, tem-se um superávit orçamentário.

Quando a despesa orçamentária é maior que a receita orçamentária, tem-se um déficit orçamentário.

Como o total da receita realizada foi de R\$ 60.695.347 mil, e o total da despesa executada foi de R\$ 56.582.124 mil, ocorreu um superávit orçamentário no valor de R\$ 4.113.223 mil.



## CAPÍTULO 10

# GESTÃO FINANCEIRA

## O QUE É O BALANÇO FINANCEIRO?

O Balanço Financeiro é o demonstrativo contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

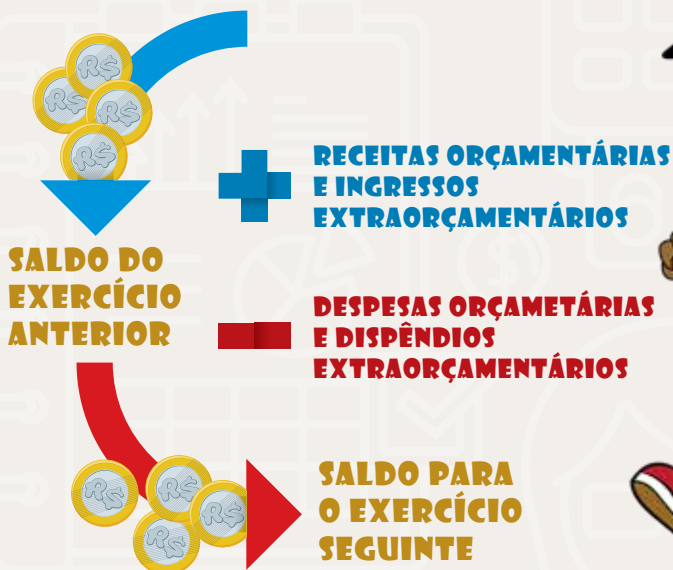


TABELA 2

**BALANÇO FINANCEIRO RESUMIDO - 2021**

(valores em R\$ 1.000,00)

Descrição	Ingressos	Dispêndios
<b>Orçamentário</b>	<b>57.493.068.649</b>	<b>53.376.329.718</b>
<b>Ordinárias</b>	<b>27.239.685.364</b>	<b>22.386.438.594</b>
<b>Vinculadas</b>	<b>30.253.383.285</b>	<b>30.989.891.125</b>
Educação	7.053.258.512	5.779.377.247
Saúde	6.925.675.791	6.780.449.715
Regime Próprio de Previdência	2.597.936.040	4.461.622.239
Demais Vinculações de Recursos	13.676.512.942	13.968.441.924
<b>Transferências Financeiras</b>	<b>26.911.800.850</b>	<b>26.911.800.850</b>
Execução Orçamentária	26.911.800.850	26.911.800.850
Independente da Execução Orçamentária	-	-
<b>Extraorçamentários</b>	<b>3.010.594.824</b>	<b>1.973.142.267</b>
Recebimentos Extraorçamentários	3.010.594.824	-
Pagamentos Extraorçamentários	-	1.973.142.267
<b>Saldos</b>	<b>8.775.864.952</b>	<b>13.930.056.439</b>
Exercício Anterior	8.775.864.952	-
Para o Exercício Seguinte	-	13.930.056.439
<b>Total Balanço Financeiro</b>	<b>96.191.329.275</b>	<b>96.191.329.275</b>

Fonte: FIPLAN / SEFAZ

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira demonstrando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.



As receitas e despesas orçamentárias ordinárias compreendem as receitas e as despesas de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades. As vinculadas são aquelas cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

As transferências financeiras recebidas e concedidas refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Os recebimentos e pagamentos extraorçamentários são direitos a receber e obrigações a pagar a curto prazo.

Os saldos em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte compreendem o caixa e equivalentes de caixa, e os depósitos restituíveis e valores vinculados de curto prazo.





## CAPÍTULO 11

# O QUE É A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA?

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite avaliar como uma entidade pública obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram usados, além de proporcionar as informações necessárias para identificar: as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Apresenta informações acerca das alterações ocorridas nas disponibilidades e o efeito das transações que afetam o caixa e equivalentes de caixa no período, segundo as atividades operacionais, de investimentos e financiamentos.

As atividades operacionais compreendem as principais atividades geradoras de receita da entidade, como os ingressos decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública, como pessoal e demais despesas correntes, e juros e encargos da dívida.

O fluxo de caixa líquido dessas atividades fornece informações sobre o financiamento das ações governamentais por meio de tributos e pelo recebimento de receita de bens e serviços explorados pela entidade; sobre a capacidade de amortizar empréstimos; e sobre a capacidade de autofinanciar suas operações sem recorrer a operações de crédito.

TABELA 3

## FLUXO OPERACIONAL 2021

Ingressos	2021	PART (1)
Receita Tributária	32.182.569.695	57,31%
Receita de Contribuições	3.373.630.331	6,01%
Receita Patrimonial	162.971.238	0,29%
Receita Agropecuária	245.628	0,00%
Receita Industrial	-	0,00%
Receita de Serviços	149.770.934	0,27%
Remuneração das Disponibilidades	336.705.384	0,60%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	3.038.620.033	5,41%
Transferências Correntes Recebidas	16.912.988.443	30,12%
<b>Total</b>	<b>56.157.501.686</b>	<b>100,00%</b>
Desembolsos	2021	PART (2)
Pessoal	22.992.657.206	50,08%
Demais Despesas Correntes	12.487.588.232	27,20%
Juros e Encargos da Dívida	494.063.052	1,08%
Transferências Correntes Concedidas	9.941.163.002	21,65%
<b>Total</b>	<b>45.915.471.493</b>	<b>100,00%</b>
Fluxo de Caixa Líquido das Receitas e Despesas Operacionais	10.242.030.193	

Fonte: FIPLAN / SEFAZ

Nas atividades de investimentos estão as alienações de bens, os recebimentos decorrentes da amortização de empréstimos e financiamentos concedidos, os desembolsos relativos à aquisição de ativos não circulantes e concessão de empréstimos e financiamentos.

São atividades que demonstram, em seu fluxo de caixa líquido, o potencial da entidade em contribuir para a produção futura de bens e serviços públicos, porque revela, em termos financeiros, a política de expansão da infraestrutura do governo.

TABELA 4

## FLUXO DE INVESTIMENTOS 2021

Ingressos	2021	PART (1)
Alienação de Bens	10.385.207	3,30%
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	172.507.167	54,84%
	131.692.596	41,86%
<b>Total</b>	<b>314.584.970</b>	<b>100,00%</b>
Desembolsos	2021	PART (2)
Aquisição de Ativo Não Circulante	2.461.451.085	80,01%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	166.513.515	5,41%
Outros Desembolsos de Investimentos	448.368.218	14,58%
<b>Total</b>	<b>3.076.332.818</b>	<b>100,00%</b>
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Receitas e Despesas de Investimentos</b>	<b>-2.761.747.849</b>	

Fonte: FIPLAN / SEFAZ

As atividades de financiamentos estão relacionadas às operações de crédito e aos desembolsos com a amortização/refinanciamento da dívida. O seu fluxo líquido provê as informações sobre o nível de recursos de terceiros captados e amortizados, permitindo a previsão de futuros desembolsos para pagamento aos fornecedores de capital à entidade.

TABELA 5

## FLUXO DE FINANCIAMENTOS 2021

Ingressos	2021	PART (1)
Operações de Crédito	772.649.843	75,68%
Transferências de Capital Recebidas	248.332.150	24,32%
<b>Total</b>	<b>1.020.981.993</b>	<b>100,00%</b>
Desembolsos	2021	PART (2)
Amortização/Refinanciamento da Dívida	1.329.963.940	53,12%
Transferências de Capital Concedidas	787.215.757	31,44%
Outros Desembolsos de Financiamentos	386.399.185	15,43%
<b>Total</b>	<b>2.503.578.882</b>	<b>100,00%</b>
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Receitas e Despesas de Financiamentos</b>	<b>-1.482.596.890</b>	

Fonte: FIPLAN / SEFAZ

## CAPÍTULO 12

# O QUE É O BALANÇO PATRIMONIAL?

É o demonstrativo contábil que evidencia qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público: ativo, passivo e patrimônio líquido. De forma bem simples: o balanço patrimonial é como fosse uma foto do patrimônio de uma entidade (pessoa física ou jurídica) num determinado período de tempo.

O Balanço Patrimonial possui uma **equação básica** relativa ao patrimônio, na qual o total do **ativo** (bens e direitos), menos o total do **passivo** (obrigações), **resulta no patrimônio líquido** (saldo patrimonial ou situação líquida patrimonial), que é valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

### RECEITAS PREVISTAS X RECEITAS REALIZADAS

#### ATIVO BENS+DIREITOS



#### PASSIVO OBRIGAÇÕES



#### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

$$\text{BENS+DIREITOS} - \text{OBRIGAÇÕES} = \text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}$$

## CAPÍTULO 13

# COMO É DIVIDIDO O BALANÇO PATRIMONIAL?

O Balanço Patrimonial deve ser estruturado de forma a atender e respeitar os conceitos da ciência contábil e da legislação pública vigente, destacando-se, dentre outros, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Ao se observar o Balanço Patrimonial, verifica-se uma estrutura com **um quadro principal** formado pelo ativo circulante e não circulante, passivo circulante e não circulante e pelo patrimônio líquido que representa o saldo patrimonial ou situação líquida patrimonial.

Além do quadro principal, o Balanço Patrimonial é composto de dois **quadros auxiliares** que apresentam os valores dos ativos e passivos segregados em financeiros e permanentes, bem como os saldos dos atos potenciais ativos e passivos.

### BALANÇO PATRIMONIAL RESUMIDO

O Balanço Patrimonial Resumido do Estado da Bahia de 2021 está demonstrado de acordo com a Tabela 6:

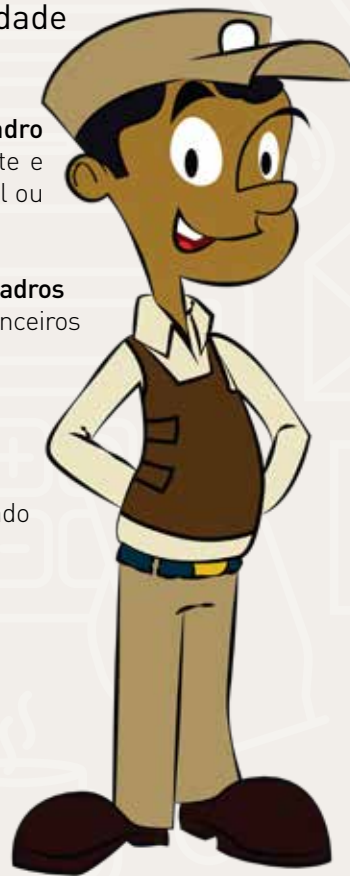


TABELA 6

**BALANÇO PATRIMONIAL - VERSÃO SIMPLIFICADA**

ATIVO	2021	AV <sup>(1)</sup>	PASSIVO	2021	AV <sup>(2)</sup>
Ativo Circulante	16.639.481.813	20,35%	Passivo Circulante	11.937.341.086	5,93%
Ativo Não Circulante	65.110.934.279	79,65%	Passivo Não Circulante	189.209.539.171	94,07%
			<b>Total do Passivo</b>	<b>201.146.880.257</b>	<b>100,00%</b>
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2021</b>	
			<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>(119.396.464.164)</b>	<b>100,00%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>81.750.416.093</b>	<b>100,00%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>81.750.416.093</b>	<b>100,00%</b>

**ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

ATIVO FINANCEIRO E PERMANENTE	2021		PASSIVO FINANCEIRO E PERMANENTE	2021	
Ativo Financeiro	13.945.333.825		Passivo Financeiro	4.417.350.196	
Ativo Permanente	67.805.082.268		Passivo Permanente	196.729.530.061	
			Saldo Patrimonial	(119.396.464.164)	
<b>TOTAL</b>	<b>81.750.416.093</b>		<b>TOTAL</b>	<b>81.750.416.093</b>	

**CONTAS DE COMPENSAÇÃO**

ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2021		ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2021	
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	544.973.951		Saldo dos Atos Potenciais Passivos	113.218.071.182	
<b>TOTAL</b>	<b>544.973.951</b>		<b>TOTAL</b>	<b>113.218.071.182</b>	

Fonte: FIPLAN / SEFAZ

(1) Análise Vertical. Participação do item no total do Ativo

(2) Análise Vertical. Participação do item no total do Passivo

Os valores do ativo circulante e não circulante compõem o ativo total no valor de R\$ 81,75 bilhões, que, deduzido do passivo total, somatório do passivo circulante e não circulante no valor de R\$ 201,15 bilhões, resultou em um patrimônio líquido negativo de R\$ (119,40) bilhões. Desta forma, verifica-se a equação básica do patrimônio: ativo menos passivo é igual ao patrimônio líquido.

O patrimônio líquido negativo demonstra que as obrigações superaram os bens e direitos da Administração Pública, sendo igual ao Saldo Patrimonial do quadro dos Ativos e Passivos segregados em Financeiros e Permanentes.

O valor negativo do Patrimônio Líquido ocorreu devido a influência das provisões matemáticas previdenciárias de longo prazo, com valor de R\$ 145,17 bilhões, que representa 97,62% em relação ao total provisões a longo prazo existentes no Estado da Bahia, cujo valor foi de R\$ 148,70 bilhões.

## ATIVO E PASSIVO

**Ativo** é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Estão demonstrados no ativo, além dos bens, os direitos de curto e longo prazos, tais como: disponibilidades em caixas e equivalentes de caixas, aplicações financeiras, clientes, créditos tributários a receber, dívida ativa tributária, participações permanentes, bens corpóreos, dentre outros.

**Passivo** é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

No passivo, estão demonstradas as obrigações de curto e longo prazos, tais como: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, dívidas de empréstimos e financiamentos efetuados pelo Estado, fornecedores, provisões, precatórios, dívidas com credores, cauções de empresas contratadas pelo Estado, dentre outros.

## CLASSIFICAÇÃO EM CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os **ativos** devem ser classificados como **circulantes** quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- estiverem disponíveis para realização imediata; ou
- tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Assim, quando fazemos a classificação de um componente patrimonial como ativo circulante, na verdade ele tem um potencial de ser convertido em dinheiro (liquidez) em até 12 meses.

Os demais ativos devem ser classificados como **não circulantes**, ou seja, itens que serão convertidos em dinheiro após 12 meses.

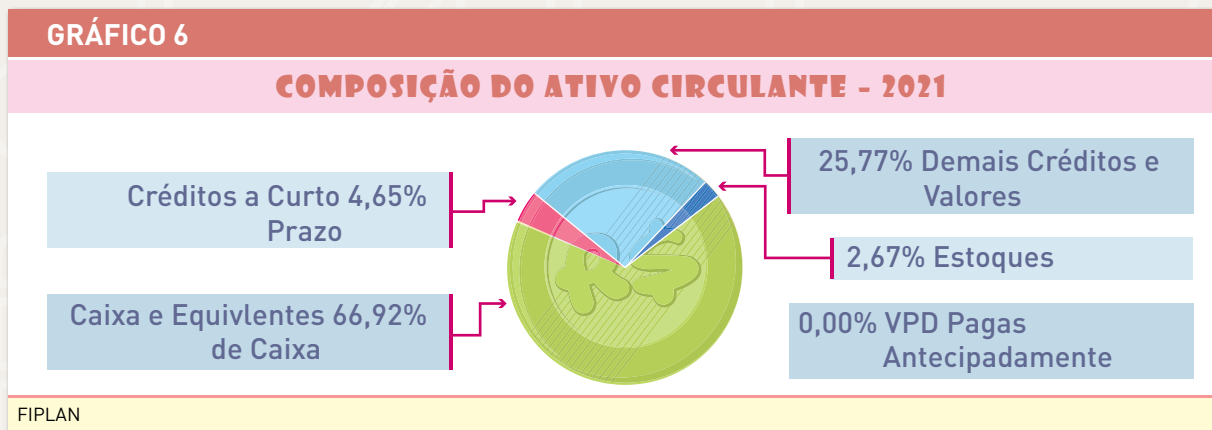
Os **passivos** devem ser classificados como **circulantes** quando corresponderem:

→ a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis

Para o passivo temos o seguinte: será circulante os passivos cuja exigibilidade da obrigação tem potencial de acontecer em até 12 meses; os demais casos são classificados como passivo não circulante.

No ano de 2021, **os gráficos do ativo e passivo**, tanto no circulante como no não circulante, atingiram variações percentuais que demonstram os reflexos mais significativos da estrutura patrimonial atual.

No **ativo circulante**, a conta caixa e equivalentes de caixa representa 66,92% do total do ativo circulante, sendo a maior parcela relativa ao disponível para realização imediata, mas que vem sendo comprometida com as obrigações a pagar. (Ver Gráfico 6)

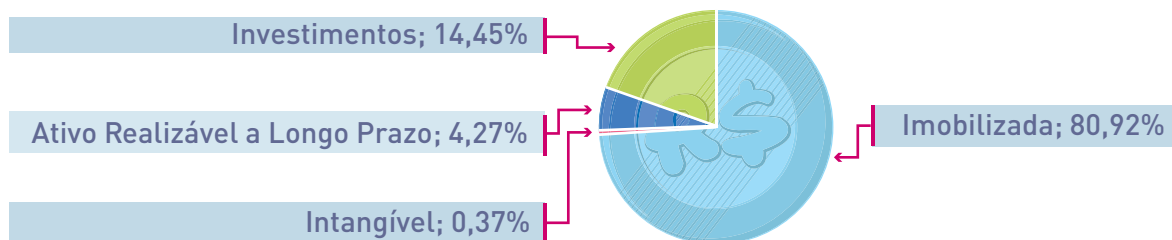




De acordo com o Gráfico 6, 66,92% do **ativo circulante** corresponde a Caixa e Equivalentes de Caixa, sendo a maior participação dentro do grupo. Ademais, 25,77% correspondem a Demais Créditos e Valores a curto prazo; 4,65% a Créditos a curto prazo e 2,67% a Estoques.

## GRÁFICO 7

### COMPOSIÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE - 2021



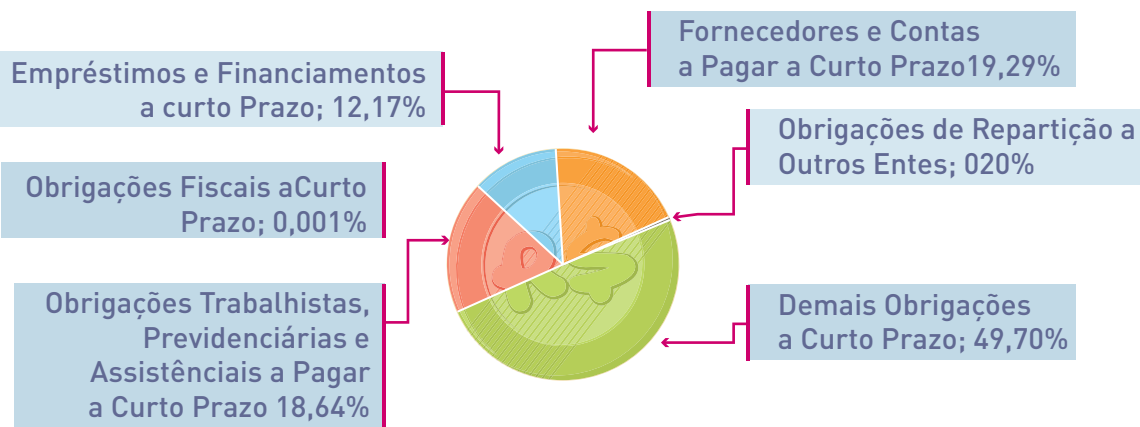
FIPLAN



De acordo com o Gráfico 7, cerca de 80,92% do **ativo não circulante** corresponde ao ativo imobilizado, sendo sua maior participação em Bens Imóveis, incluindo a depreciação ocorrida no exercício. Os investimentos representam 14,45%, o ativo realizável a longo prazo 4,27% e o intangível 0,37% do ativo não circulante.

## GRÁFICO 8

### COMPOSIÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE - 2021

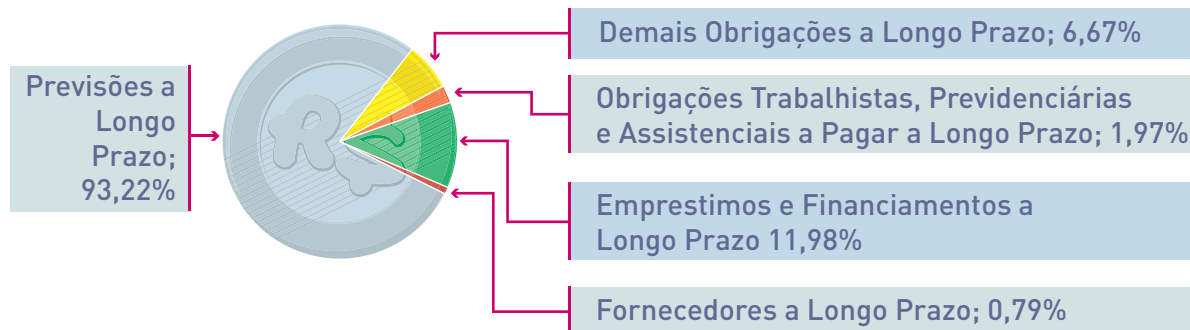


FIPLAN

No **passivo circulante**, a conta **demais obrigações a curto prazo** com uma participação de 49,70%, no total do passivo circulante, representa a maior parte dos compromissos de curto prazo, que englobam as consignações, os depósitos e os convênios recebidos. (Ver Gráfico 8)

## GRÁFICO 9

### COMPOSIÇÃO DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE - 2021



FIPLAN

Cerca de 78,59% do **passivo não circulante** corresponde às **provisões a longo prazo**, que, em quase sua totalidade, é representada pelas provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo. Depois das provisões a longo prazo, o grupo de maior valor é o dos **empréstimos e financiamentos** a longo prazo, que representa 11,98% do passivo não circulante, de acordo com o Gráfico 9.



## CAPÍTULO 14

# O QUE É A DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACIONES PATRIMONIAIS?

É a Demonstração contábil que evidencia as alterações verificadas no Patrimônio (Ativo e Passivo), indicando o Resultado Patrimonial do Exercício pelo confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA e Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD ocorridas no período. O valor apurado passa a compor o Patrimônio Líquido (saldo patrimonial) do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

A DVP tem função semelhante à DRE – Demonstração do Resultado do Exercício do Setor Privado. Porém, é relevante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no Setor Público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais, efetuadas através de incorporações e desincorporações ou baixa.

O patrimônio é dividido em bens (móveis, imóveis, e outros), direitos (disponibilidades financeiras, por exemplo) e obrigações (dívidas, tais como empréstimos e financiamentos).

A diferença entre esses montantes é chamada de patrimônio líquido, que demonstra se o Órgão, Fundo ou Entidade, possui mais (ou menos) bens e direitos do que obrigações indicando uma situação de superávit (ou déficit) patrimonial, a depender do resultado das variações patrimoniais (aumentativas e diminutivas).



## CAPÍTULO 15

# COMO É DIVIDIDA A DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACIONES PATRIMONIAIS?

A Demonstração das Variações Patrimoniais se divide em: Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA e Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD.

**As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)** demonstram as alterações dos elementos do patrimônio público que aumentam o patrimônio líquido do Órgão ou Entidade pelo aumento de valores ativos ou pela redução de valores passivos. São exemplos: impostos, taxas, transferências recebidas da União, prestação de serviços, entre outros.

**As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)** demonstram as alterações dos elementos do patrimônio público que reduzem o patrimônio líquido do Órgão ou Entidade pelo aumento de valores passivos ou pela redução de valores ativos. São exemplos: remuneração de pessoal, despesas com manutenção, aposentadorias, depreciação de bens públicos, entre outros.

Através da estrutura da **Demonstração das Variações Patrimoniais**, o Setor Público demonstra o quanto o serviço público prestado promoveu alterações quantitativas nos elementos patrimoniais, sejam aumentativas ou diminutivas.



## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS RESUMIDA

As Variações Patrimoniais Resumida do Estado da Bahia de 2021 estão demonstradas de acordo com a Tabela 7:

TABELA 7

### VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – VERSÃO SIMPLIFICADA

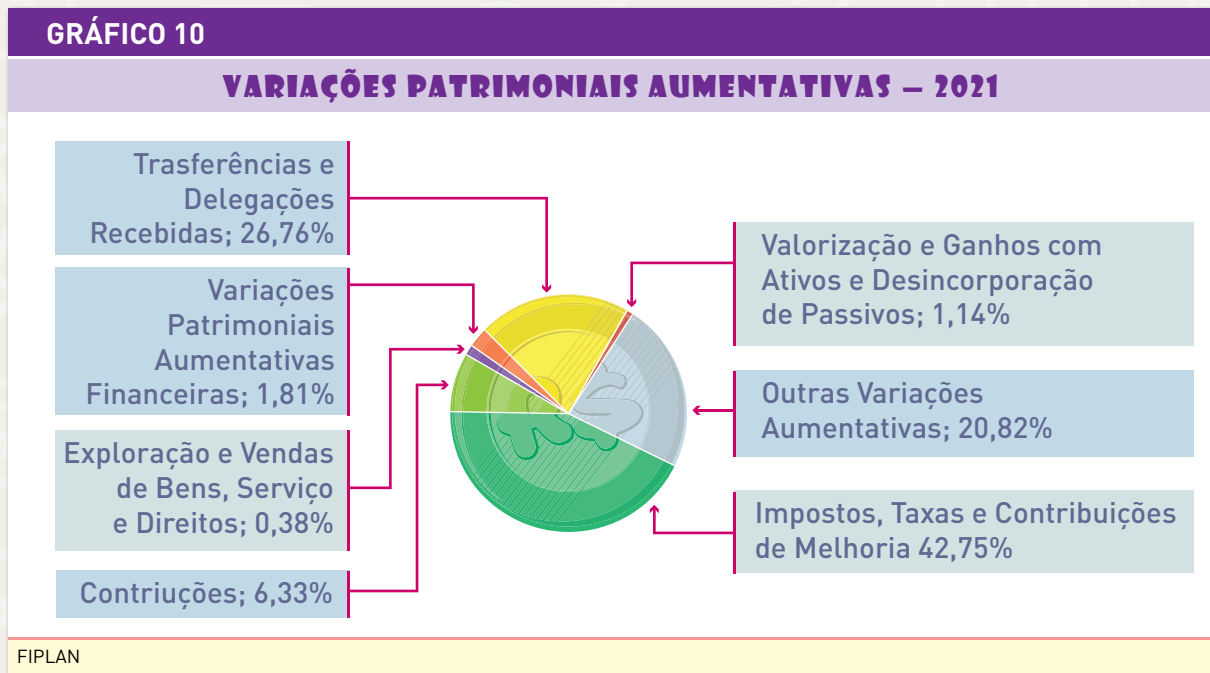
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2021	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2021
TOTAL DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS ( I )	88.043.887.049	TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS ( II )	73.575.613.432
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO ( III ) = ( I - II )			14.468.273.617

Fonte: FIPLAN / SEFAZ

O valor total das VPAs alcançou R\$ 88,04 bilhões e das VPDs foi de R\$ 73,58 bilhões, apresentando um resultado patrimonial no período de R\$ 14,47 bilhões.



Os gráficos 10 (VPA) e 11 (VPD) a seguir demonstram os itens das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas em termos percentuais.

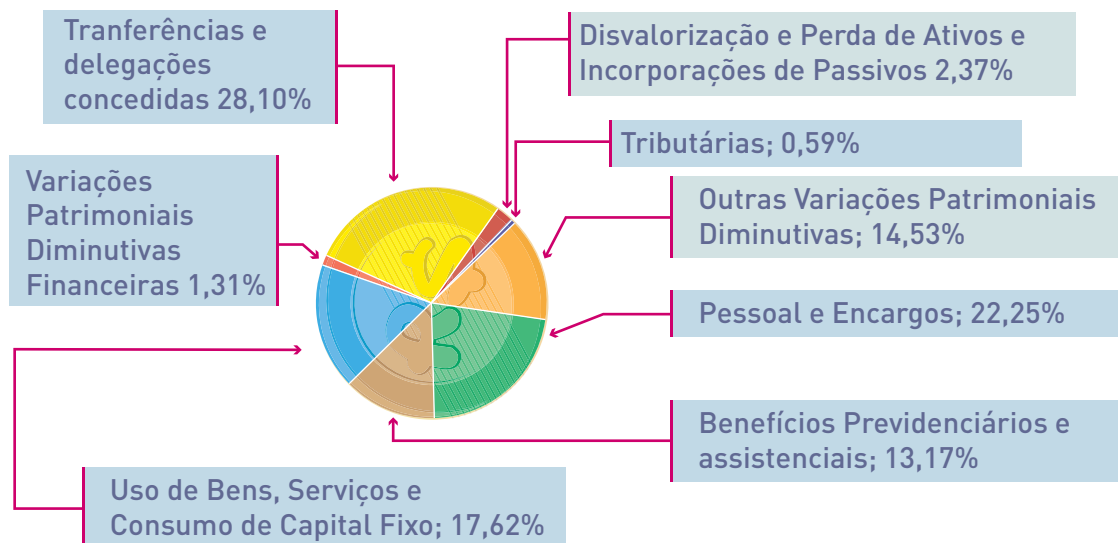


Os itens mais representativos das variações patrimoniais aumentativas foram “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria” e “Trasferências e delegações recebidas” que representam, respectivamente, 42,75% e 26,76% do total das variações patrimoniais aumentativas.



## GRÁFICO 11

## VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS – 2021



FIPLAN

Os itens das variações patrimoniais diminutivas (VPD) mais representativos foram: “Transferências e delegações concedidas” que representa 28,16% do total destas variações; e “Pessoal e Encargos” com 22,25%. (Ver Gráfico 11)



## CAPÍTULO 16

# DE QUE FORMA O RESULTADO DAS VARIACIONES PATRIMONIAIS AFETA O BALANÇO PATRIMONIAL?



As Variações Patrimoniais, como contas de resultado, mantêm vinculação com as contas patrimoniais, de forma a permitir a identificação das alterações nas contas patrimoniais que produziram movimentações nas contas de resultado.

Por meio da diferença entre as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD), obtêm-se o resultado patrimonial do Exercício

Este resultado irá compor o patrimônio líquido no Balanço Patrimonial, positivamente se for superávit, ou negativamente, se for déficit.

Ele é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais, e também, no Balanço Patrimonial, no grupo do Patrimônio Líquido, item Lucros e Prejuízos do Exercício.

Desta forma, comparando a Demonstração das Variações Patrimoniais com o Balanço Patrimonial, verifica-se o seguinte:

DVP (Resumida)
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)</b>
Impostos, taxas e Cont. Melhoria
Contribuições
Exploração de Bens, Serviços e Direitos
VPA Financeiras
Transferências e Delegações Recebidas
Valorização e Ganho com Ativos
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)</b>
Pessoal e Encargos
Benefícios Previdências e Assistenciais
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capitaç Fixo
VPD Financeiras
Transferências e Delegações Concedidas
Desvalorização e Perda de Ativos
Tributárias
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas
<b>Resultado Patrimonial do Período (Superávit ou Déficit)</b>
<b>TOTAL</b>

**DVP X BP**

Em 2021, o Resultado Patrimonial do período obtido na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) foi de R\$ 14,47 bilhões, aparecendo, também, no Balanço Patrimonial (BP) no item “Lucro ou Prejuízos do Exercício” no grupo do Patrimônio Líquido”.

BALANÇO PATRIMONIAL (Resumido)	
<b>ATIVO</b>	<b>PASSIVO</b>
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>
	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>
	Patrimônio Social e Capital Social
	Reservas de Lucros
	Resultados Acumulados
	Lucros e Prejuízos do ex.
	Lucros e Prejuízos Ex. Ant.
	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>
<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>
	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>
<b>COMPENSAÇÕES</b>	
Saldo dos atos Potenciais Ativos	Saldo dos atos Potenciais Passivos
<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>

## CAPÍTULO 17

# O QUE É A PROVISÃO MATEMÁTICA PREVIDENCIÁRIA?

Entende-se como provisão matemática previdenciária a diferença a maior entre os valores provisionados pelo RPPS (Regime Próprio de Previdência) para fazer face à totalidade dos compromissos futuros do plano para com seus beneficiários e dependentes e as contribuições correspondentes.

Também conhecida como passivo atuarial do Estado, a provisão matemática previdenciária representa o valor presente, calculado atuarialmente, em determinada data, do total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos futuros com benefícios previdenciários, como aposentadorias, pensões e outros.

Essa provisão é utilizada quando não há equilíbrio financeiro, ou seja, o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário não é suficiente para custear os benefícios assegurados pelo sistema previdenciário do regime próprio da previdência social, o RPPS - Regime de Previdência dos Servidores Públicos.

Desta forma, a provisão atuarial é registrada no Balanço Patrimonial, no passivo não circulante, provisões a longo prazo.



## CAPÍTULO 18

# GESTÃO FISCAL

## LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

A Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilidade como premissas básicas.

Para alcançar esse objetivo, a lei estabelece o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita; geração de despesa com pessoal, seguridade social e outras; dívida consolidada e mobiliária; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; e concessão de garantia e inscrição em restos a pagar.

A seguir, temos um quadro resumo dos valores e índices atingidos nos demonstrativos exigidos pela LRF em 2021.



TABELA 8

## LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF

Receita Corrente Líquida - 2021	Previsão Atualizada	Valor Realizado
	R\$ 40.772.045 mil	R\$ 45.445.462

Fonte: FIPLAN / SEFAZ

## LIMITES LEGAIS EM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA

Limite de Pessoal	Limite Realizado (%)	Limite de Alerta (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
Despesa de Pessoal	44,40	54,00	57,00	60,00
Executivo e Defensoria	35,57	43,74	46,17	48,60
Legislativo	2,51	3,06	3,22	3,40
Assembléia Legislativa	1,55	1,68	1,78	1,87
TCE	0,57	0,81	0,86	0,90
TCM	0,38	0,57	0,60	0,63
Judiciário	5,04	5,40	5,70	6,00
Ministério Público	1,28	1,80	1,90	2,00
Limite da Dívida Consolidada Líquida - DCL	Limite Realizado (%)	Limite de Alerta (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
Dívida Consolidada Líquida - R\$ 17.279.788 mil	38,06%	180,00%	190,00%	200,00%
Limite da DCL = 2 vezes a Receita Corrente Líquida				

Fonte: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF.

## LIMITES CONSTITUCIONAIS

Descrição	Limite Realizado (%)	Limite Mínimo Anual (%)
Educação	26,01%	25,0%
Saúde	13,72%	12,0%

Fonte: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF.

## METAS (R\$ MIL)

Descrição	Valor Realizado	Meta Anual LDO
Resultado Primário - Acima da Linha	5.763.780	-609.191
Resultado Nominal - Acima da Linha	5.583.004	-1.312.956

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

## CAPÍTULO 19

# O QUE É A DÍVIDA PÚBLICA?

Os Estados, os Municípios e a União prestam serviços e realizam investimentos necessários ao desenvolvimento econômico-social. Para estes fins, utilizam receitas obtidas basicamente na forma de tributos incidentes sobre a produção, a renda, a propriedade e o consumo de empresas e famílias.

Entretanto, em relação aos gastos governamentais com investimentos, que desempenham papel central na evolução da atividade econômica e do nível de bem-estar, envolvendo elevados valores, a receita tributária normalmente é insuficiente, sendo preciso complementá-la. Assim, o setor público recorre à contratação de operações de crédito que lhe disponibilizam recursos, gerando em contrapartida a dívida pública, ou seja, a obrigação contratual de devolver tais recursos em um determinado período de tempo, acrescidos de juros.

TABELA 9

### DÍVIDA PÚBLICA EM 31.12.2021

Discriminação	Valores (R\$)
Dívida Interna	15.910.152.588
Dívida externa	13.416.500.114
<b>Total</b>	<b>29.326.652.702</b>

Fonte: FIPLAN / SEFAZ

**TABELA 10**

**RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO OBTIDAS NO ANO DE 2021**

Instituição Financeira	Valores (R\$)
Caixa Econômica Federal	191.783.073
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	-
Banco do Brasil	-
Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	391.545.299
Banco Interamericano de Desenvolvimento	167.759.322
Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura	21.505.420
<b>Total</b>	<b>772.593.114</b>

Fonte: FIPLAN / SEFAZ

**TABELA 11**

**AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA RELATIVOS AO ANO DE 2021**

Discriminação	Valores (R\$)
Amortização	1.329.963.940
Juros e demais Encargos	566.927.267
<b>Total</b>	<b>1.896.891.207</b>

Fonte: FIPLAN/SEFAZ



## CAPÍTULO 20

# GESTÃO ECONÔMICA

## O QUE É BALANÇO ECONÔMICO?

É demonstrativo no qual são apresentados os valores e a participação percentual das diferentes formas de obtenção de recursos (exemplos: arrecadação de tributos, transferências recebidas e endividamento estatal) e de sua aplicação (exemplos: gastos com manutenção, investimentos e transferências constitucionais).

Permite-se, assim, verificar a execução dos gastos públicos, com base nos recursos destinados especificamente à gestão orçamentária, assim como o resultado orçamentário, na forma de superávit ou déficit. O Balanço Econômico contempla as administrações direta e indireta.

TABELA 12

### BALANÇO ECONÔMICO 2021 (valores em reais)

Recursos Obtidos		AV <sup>(1)</sup>	Recursos Aplicados		AV <sup>(1)</sup>
Da Arrecadação de Tributos	37.125.700.848	64,57%	Gastos com Manutenção	36.264.588.938	67,94%
(-) Conta Redutora	-4.943.131.152	-8,60%	Pessoal e Encargos Sociais exceto Previdência	13.964.770.924	26,16%
Da Exploração do Patrimônio Estatal	501.438.422	0,87%	Previdência	9.268.844.583	17,37%
(-) Conta Redutora	-1.782.720	0,00%	Outros Serviços de Terceiros	7.686.558.798	14,40%
De Transferências Recebidas	19.517.187.410	33,95%	Material de Consumo	497.341.493	0,93%
(-) Conta Redutora	-2.355.866.818	-4,10%	Locação de Mão-de-Obra	967.461.720	1,81%
De Aliações de Bens	10.385.207	0,02%	Demais Gastos	3.879.611.419	7,27%



TABELA 12

**BALANÇO ECONÔMICO 2021** (valores em reais)

Recursos Obtidos		AV <sup>(1)</sup>	Recursos Aplicados		AV <sup>(1)</sup>
Do Endividamento Estatal	772.649.844	1,34%	Serviços da Dívida	1.896.891.207	3,55%
Demais Receitas	6.885.383.775	11,98%	Juros e Encargos	566.927.267	1,06%
(-)Conta Redutora	-18.896.166	-0,03%	Amortização	1.329.963.940	2,49%
			Investimentos	4.090.731.072	7,66%
			Inversões Financeiras	1.080.195.323	2,02%
			Transf. Constitucionais a Municípios	8.356.736.003	15,66%
			Outras Transferências	1.687.187.176	3,16%
<b>Subtotal</b>	<b>57.493.068.649</b>	<b>100,00%</b>	<b>Subtotal</b>	<b>53.376.329.718</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total</b>	<b>57.493.068.649</b>		<b>Superávit/Déficit</b>	<b>4.116.738.930</b>	
			<b>Total</b>	<b>57.493.068.649</b>	

Fonte: FIPLAN/SEFAZ

(1) Análise Vertical. Participação do item no Subtotal

(2) Excluídas as receitas e despesas intraorçamentárias neste demonstrativo

O Estado da Bahia obteve recursos no valor de R\$ 57,49 bilhões – excluídas as Receitas Intraorçamentárias. A análise da composição desse total revela que os seus itens mais significativos são: receitas da arrecadação de tributos, num total de R\$ 37,12 bilhões, ou 64,57% do total; e receitas de transferências, abrangendo transferências correntes e transferências de capital, no valor de R\$ 19,52 bilhões, correspondente a 33,95% dos recursos obtidos.

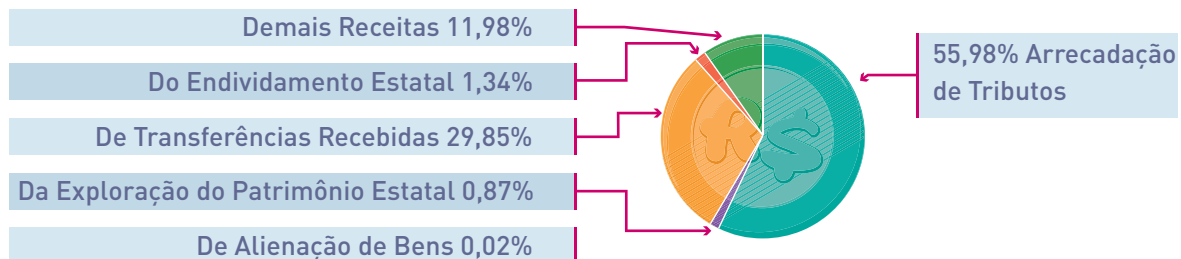
Considerando os recursos aplicados em 2021, o valor total é de R\$ 53,38 bilhões – excluídas as Despesas Intraorçamentárias, e o item mais expressivo é o gasto com manutenção, no valor de R\$ 36,26 bilhões, ou 67,94% do total. Destes, destaca-se a despesa com pessoal e encargos, equivalente a 26,16%, e a despesa com previdência, que representou 17,37%.

O confronto entre os recursos obtidos e a aplicação de recursos tem como resultado um superávit orçamentário de R\$ 4,12 bilhões.

Comparando as participações líquidas percentuais, tanto nos recursos obtidos quanto nos aplicados, temos as seguintes situações:

GRÁFICO 12

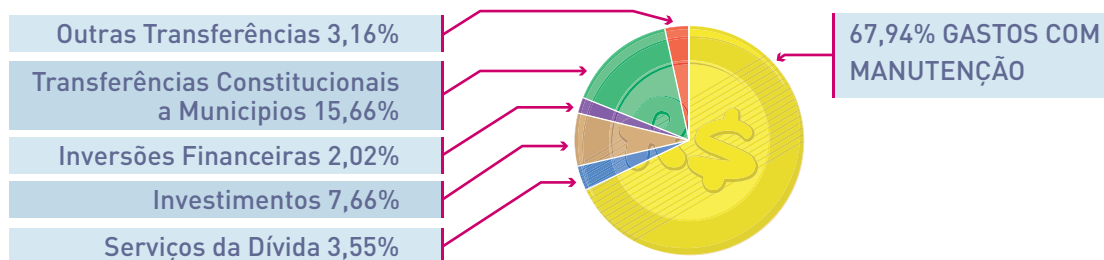
**RECURSOS OBTIDOS (LÍQUIDOS)**



Fonte: Fiplan

GRÁFICO 13

**RECURSOS APLICADOS**



Fonte: Fiplan

## CAPÍTULO 21

# AS CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS, AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP) E OS CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Uma das formas dos entes públicos atenderem às demandas da sociedade é através das **Concessões de Serviços Públicos**. O Estado da Bahia vem realizando diversas concessões, e viabilizado diversos investimentos, gerando benefícios à sociedade. Mas, como isso acontece? Vamos ver:

Cabe inicialmente destacar que um dos tipos de concessão muito relevante é a denominada Parceria Público-Privada, as PPP, que é uma espécie de Concessão de Serviços Públicos, conforme o Capítulo 2 da Parte III do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP: é a delegação contratual da execução do serviço público, precedida ou não de obra pública, permanecendo a titularidade com o poder público. Ainda conforme o citado MCASP, as concessões de serviços públicos dividem-se em duas categorias: **concessões comuns** e as **concessões especiais**.

As concessões comuns são aquelas reguladas pela Lei nº 8.987/95 e, no caso da Bahia, pode-se citar os contratos de concessão da operação da travessia Salvador-Itaparica pelo Sistema Ferry Boat (Concessionária: INTERNACIONAL TRAVESSIAS SALVADOR S/A) e as concessões dos Sistemas Rodoviários BA 093 (Concessionária: BAHIA NORTE S/A) e BA 099 - Estrada do Coco/Linha Verde (Concessionária: CLN – Concessionária Litoral Norte).

Já as concessões especiais são reguladas pela Lei nº 11.079/2004 e são as chamadas Parcerias Público-Privadas - PPP. Esse tipo de concessão subdivide-se em: concessões **patrocinadas** e **administrativas**.

A diferença básica entre as concessões patrocinadas e as concessões administrativas é que, no caso das **patrocinadas** o seu objeto é a concessão de serviços públicos ou obras de interesse público de que trata a Lei nº 8.987/95, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

No caso das concessões **administrativas** seu objeto é a prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens. Nesse caso, a remuneração do parceiro privado é sempre por contraprestação paga pelo Poder Público, não havendo cobrança de tarifas dos usuários.

Observe-se que, diferentemente das concessões comuns, no caso das PPP a premissa básica é que há sempre uma contraprestação pecuniária por parte do Poder Público, independentemente de haver cobrança de tarifas dos usuários.

### **AS PPP EXISTENTES EM 2021 NO ESTADO DA BAHIA SÃO AS SEGUINTE:**

- a. Arena Fonte Nova** – Concessão administrativa para a Reconstrução e Operação do Estádio Octávio Mangabeira – Fonte Nova. A Concessionária Fonte Nova Participações S/A foi contratada em janeiro de 2010 pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos para reconstruir e operar a Arena Multiuso. A conversão do antigo estádio em uma Arena Multiuso, com capacidade para 50 mil torcedores, visou dotar a cidade de um equipamento apto a sediar jogos da COPA do Mundo FIFA 2014, permitindo, ainda, que a população tenha um importante equipamento de lazer, esporte e entretenimento.
- b. Hospital do Subúrbio** – O projeto visa implementar no hospital geral público estadual a gestão privada, afim de ofertar atendimento gratuito com alta qualidade. O Hospital é classificado como um hospital público de porta aberta, com foco em atendimentos de urgência e emergência em alta complexidade, conta com centro de bioimagem, raios X, tomógrafo, ultrassonografia, ressonância magnética e endoscopia, dentre outros. Está localizado no bairro de Periperi, em Salvador (Bahia), na região do Subúrbio Ferroviário.
- c. Instituto Couto Maia** – Concessão administrativa para a Construção e Operação de Serviços não Assistenciais do Instituto Couto Maia. A nova unidade resulta da fusão entre duas unidades atualmente operacionais, que são: Hospital Especializado Couto Maia; e Hospital Especializado Dom Rodrigo de Menezes. A fusão resultará no Instituto Couto Maia (ICOM), com perfil mais abrangente que as duas unidades originais. A unidade será especializada em doenças infecciosas e em dermatologia sanitária, com um total de 155 leitos, com área construída de 18 mil metros quadrados, em terreno de 50 mil metros quadrados em Salvador, Bahia.

- d. Metrô de Salvador e Lauro de Freitas** – Este projeto visa a implantação e operação do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas, por meio de concessão patrocinada, abrangendo a construção da linha 2 do metrô e conclusão das obras da linha 1, interligando os municípios de Salvador e Lauro de Freitas, com extensão total de cerca de 36 km.
- e. Diagnóstico por Imagem** – Gestão e operação de Serviço de Apoio ao Diagnóstico por Imagem em uma Central de Imagem e em 12 Unidades Hospitalares integrantes da Rede Própria da Secretaria de Saúde do Estado. O projeto tem como objetivo a prestação de Serviços de Apoio ao Diagnóstico, em regime de PPP, para o provimento dos serviços de telemedicina e bioimagem, em elevadas condições de qualidade e acessibilidade. O prazo da concessão será de 11 anos e 6 meses, contado a partir da data da assinatura do contrato de concessão.
- f. Emissário Submarino** – O projeto visa a construção e operação da Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe, parte integrante do Programa de Ampliação de Esgotamento Sanitário da cidade de Salvador. O projeto compreende a ampliação da Estação Elevatória do Saboeiro, implantação de linhas de recalque, construção de Estação de Condicionamento Prévio e implantação dos Emissários Terrestre e Submarino.
- g. BA 052 – Estrada do Feijão** – O projeto visa a reabilitação e manutenção (“brownfield”) em um trecho de 462 km da Rodovia BA052, que liga Feira de Santana a Xique-Xique; 85 km da Rodovia BA160, que liga Xique-Xique à Ponte; e, adicionalmente, a construção de uma Ponte (“greenfield”) de 1 km ligando os municípios de Xique-Xique à Barra. O objeto é a delegação, por meio de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, das obras e dos Serviços necessários para a operação, manutenção e revitalização do Sistema BA052.
- h. Veículo Leves sobre Trilhos – VLT** – O Projeto consiste na concessão patrocinada para implantação das obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante, operação e manutenção do Veículo Leve sobre Trilhos ou outro modal equivalente de transporte público sobre trilho ou guia e movido à propulsão elétrica (VLT do Subúrbio), tendo como principal objetivo a integração entre o Subúrbio e os principais corredores de transporte público de massa da cidade de Salvador, com 19,9 quilômetros de extensão ao longo de 22 estações, substituindo o atual trem do Subúrbio. *(em implantação)*.
- i. Sistema Rodoviário Ponte Salvador / Ilha de Itaparica** – Delegação por meio de parceria público-privado na modalidade de concessão patrocinada, das obras e dos serviços necessários à construção, operação e manutenção do Sistema rodoviário Ponte Salvador – Ilha de Itaparica *(em implantação)*.

## NOS CASOS ACIMA, PODE-SE DIVIDIR AS PPPs DA SEGUINTE FORMA:

Concessões Patrocinadas: Metrô de Salvador e Lauro de Freitas, BA 052 -Estrada do Feijão, Veículo Leve Sobre Trilhos – VLT e Sistema Rodoviário Ponte Salvador / Ilha de Itaparica.

Concessões Administrativas: Arena Fonte Nova, Hospital do Subúrbio, Instituto Couto Maia, Diagnóstico por Imagem e Emissário Submarino.

## O QUE SÃO OS CONSÓRCIOS PÚBLICOS?

Os Consórcios Públicos “são parcerias formadas por dois ou mais entes da Federação para a gestão associada de serviços públicos, bem como para a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, conforme artigo 241 da Constituição Federal/1988, regulamentado pela Lei nº 11.107/2005 e pelo Decreto nº 6.017/2007”. **(MCASP, 8º Edição. Parte III, Cap. 7).**

Imaginemos da seguinte forma. Digamos que em sua rua existam 100 casas e os moradores decidiram construir uma horta comunitária para servir a todos utilizando um terreno disponível na região. No primeiro momento será preciso investir na criação da horta, materiais, sementes, mudas, etc. e, em seguida, haverá um custo de manutenção.

Como todos utilizarão a horta ficou estabelecido que os gastos de criação da horta (investimento) e sua manutenção (custo e despesas) seriam rateados de forma proporcional à quantidade de moradores de cada casa.

Para facilitar, os gastos foram divididos em cotas de acordo com a quantidade total de moradores (população) e cada casa arcaria com a quantidade de “cotas” nela residentes. Ou seja, uma casa com cinco moradores, pagaria cinco cotas, a casa com três moradores, três cotas, e por aí vai.

No caso dos consórcios interfederativos funciona do mesmo jeito. O fator população e ou outro estabelecido no contrato de rateio, de cada município ou Estado é que determina as cotas de cada ente e com, isso, ele contribuirá no consórcio de forma proporcional.

Um detalhe no caso dos consórcios de saúde que envolve o Estado da Bahia, por ser esse o ente com um poder econômico-financeiro maior, o Estado ficou responsável pela construção e equipagem dos equipamentos e com 40% das cotas. Os outros 60% é que foram rateados entre os municípios participantes.

Conforme o item 7.2 da parte III do MCASP (8ª Edição), o **contrato de rateio** é o instrumento pelo qual os entes da Federação consorciados comprometem-se a transferir recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público, consignados em suas respectivas leis orçamentárias anuais (LOA).

Para tal, cada ente consorciado deve incluir em seus instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA) ações e dotações orçamentárias inerentes à prestação dos serviços públicos objeto do consórcio.

O Estado da Bahia, especificamente na área de saúde, está consorciado a diversos municípios baianos com o objetivo de prestação de serviço de saúde por meio de Policlínicas e Hospitais Regionais conforme quadro seguinte onde apresenta-se a avaliação do valor de cada consórcio para o Estado por meio da sistemática da Avaliação Proporcional Patrimonial [Conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP]:

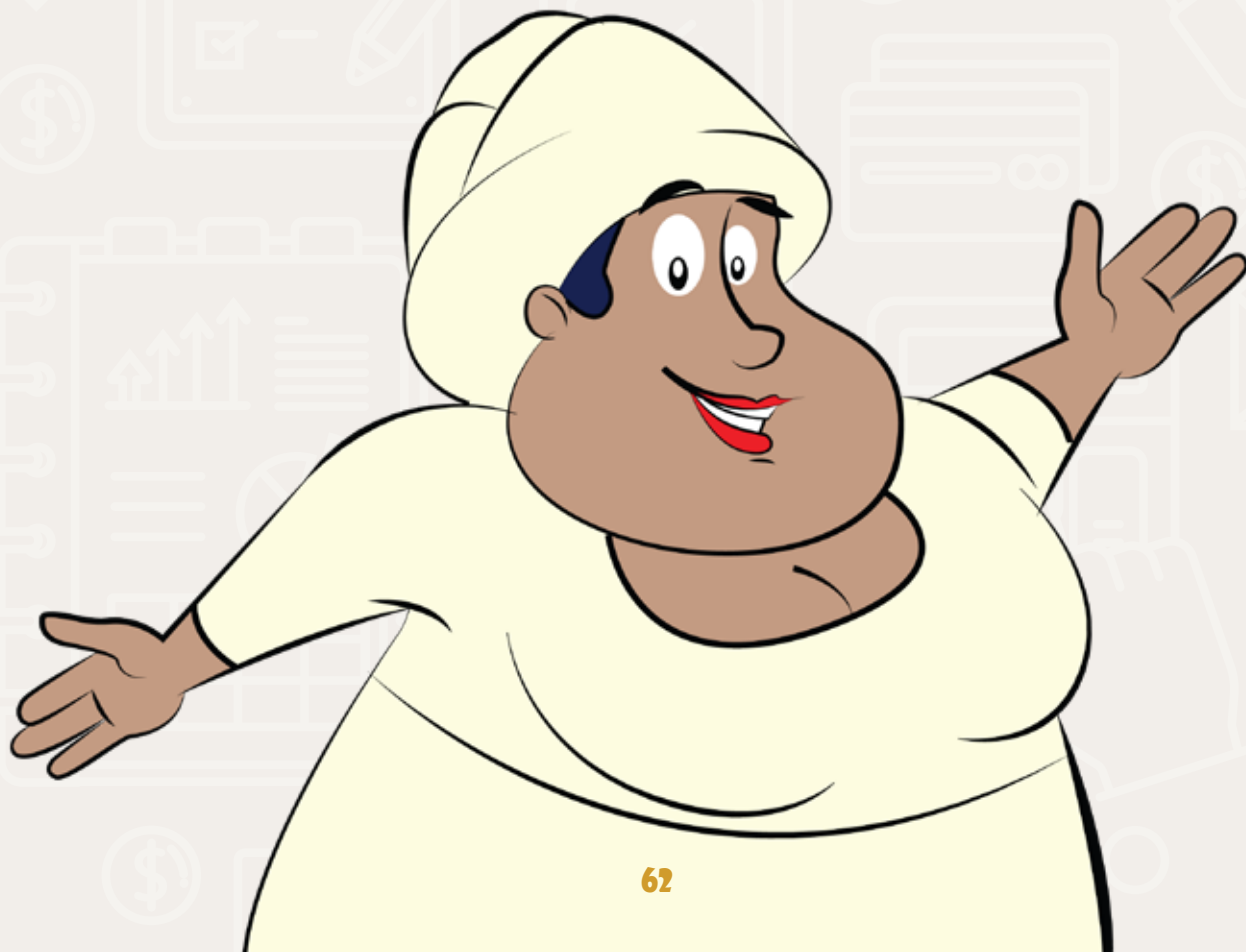


TABELA 13

**PARTICIPAÇÕES EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS - AVALIADOS PELO MÉTODO DA APROPRIAÇÃO PROPORCIONAL PATRIMONIAL**

Consórcios Público	Participação do Estado (%) (a)	Patrimônio Líquido (PL) (b)	Valor da Apropriação Proporcional Patrimonial (R\$) (c) = (b)*[a]%	Valor Contábil da Participação (d)	Resultado Positivo / (Negativo) da Apropriação (e) = (c) - (d)	Provisão para Perdas na Participação
Litoral Norte e Agreste Baiano – CLINAB (Alagoinhas)	40	4.260.585	1.704.234	6.940.672	-5.236.437,59	-
Região de Brumado	40	270.693	108.277	2.105.984	-1.997.706,71	-
Portal do Sertão (Feira de Santana)	40	6.529.181	2.611.672	6.505.360	-3.893.687,45	-
Alto Sertão (Guanambi)	40	5.095.426	2.038.170	6.102.121	-4.063.950,92	-
Região de Irecê	40	7.258.426	2.903.371	7.435.065	-4.531.694,49	-
Região de Itabuna e Ilhéus	40	18.692.959	7.477.184	7.567.988	-90.804,22	-
Região da Chapada (Jacobina)	40	1.471.845	588.738	3.822.482	-3.233.744,34	-
Região de Jequié	40	3.940.607	1.576.243	5.653.464	-4.077.220,99	-
Região de Juazeiro	40	415.996	166.399	5.373.823	-5.207.424,65	-
Região de Paulo Afonso	40	17.593.613	7.037.445	8.009.267	-971.821,34	-
Nordeste II (Ribeira do Pombal)	40	9.951.972	3.980.789	27.698.103	-23.717.314,52	-
Região do Metro Recôncavo Norte - MRN	40	11.922.687	4.769.075	8.852.392	-4.083.316,72	-
Reconvale (Santo Antônio de Jesus)	40	8.142.747	3.257.099	9.555.840	-6.298.740,93	-
Região de Senhor do Bonfim	40	583.081	233.232	3.854.400	-3.621.167,70	-
Extremo Sul da Bahia (Teixeira de Freitas)	40	7.170.507	2.868.203	6.511.849	-3.643.646,34	-



TABELA 13

**PARTICIPAÇÕES EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS - AVALIADOS PELO MÉTODO DA APROPRIAÇÃO PROPORCIONAL PATRIMONIAL**

Consórcios Público	Participação do Estado (%) (a)	Patrimônio Líquido (PL) (b)	Valor da Apropriação Proporcional Patrimonial (R\$) (c) = (b)*[a]%	Valor Contábil da Participação (d)	Resultado Positivo / (Negativo) da Apropriação (e) = (c) - (d)	Provisão para Perdas na Participação
Região do Baixo Sul (Valença)	40	6.435.259	2.574.104	8.968.924	-6.394.820,86	-
Região de Vitória da Conquista/Itapetinga	40	1.383.289	553.315	5.975.467	-5.422.151,32	-
Consórcios Público - Policlínica de Barreiras	40	5.317.082	2.126.833	6.321.317	-4.194.484,51	-
Costa do Descobrimento - Eunápolis	40	6.997.614	2.799.045	3.799.183	-1.000.137,37	-
Região de Itaberaba e Seabra <sup>2</sup>	40	-4.470.650	-1.788.260	2.085.200	-3.873.459,81	-1.788.260
Região de Serrinha	40	16.766.757	6.706.703	1.487.200	5.219.502,67	-
Bacia do Rio Corrente - Santa Maria da Vitória <sup>3</sup>	40	-	836.624	-	-836.624,00	-
<b>TOTAL</b>		<b>135.729.676</b>	<b>55.128.495</b>	<b>144.626.101</b>	<b>-91.170.854</b>	<b>-1.788.260</b>

Fonte: FIPLAN e Informações das Empresas

1 Patrimônio Líquido dos consórcios com base no Balanço de 31/10/2021.

2 O Consórcio da Região de Itaberaba e Seabra apresentou Patrimônio Líquido negativo. Em função disso, foi contabilizada uma Provisão para Perdas no valor de R\$ 1.788.260.

3 O Consórcio Público Interfederativo da Região de Saúde de Santa Maria da Vitória não teve Balanço Patrimonial a ser apresentado; porque os repasses financeiros começaram apenas na competência dez/21.

O Estado ainda participa no Consórcio Estadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, o Consórcio Nordeste. Nesse caso, como só participa Estados, o rateio foi estabelecido envolvendo a população (50%), o PIB per capita relativo (30%) e uma parte igualitária (20%). A partir desses critérios o Estado da Bahia participa com **19,04%** aproximadamente. A tabela seguinte apresenta os seus números da Avaliação Proporcional Patrimonial para esse consórcio no Estado da Bahia:

TABELA 14

**PARTICIPAÇÕES EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS - AVALIADOS PELO MÉTODO DA APROPRIAÇÃO PROPORCIONAL PATRIMONIAL**

Participação do Estado (%) (a)	Patrimônio Líquido (PL) <sup>1</sup> (b)	Valor da Apropriação Proporcional Patrimonial (R\$) (c) = (b)*(a)%	Valor Contábil da Participação (d)	Resultado Positivo / (Negativo) da Apropriação (e) = (c) - (d)	Provisão para Perdas na Participação	Provisão para Perdas na Participação
Consórcio estadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - Consórcio Nordeste	19,04	11.549.716	2.199.066	13.851.267	-11.652.201	-
<b>TOTAL</b>		<b>11.549.716</b>	<b>2.199.066</b>	<b>13.851.267</b>	<b>-11.652.201</b>	<b>-</b>

Fonte: FIPLAN e Informações das Empresas

1 Patrimônio Líquido dos consórcios com base no Balanço de 31/10/2021.

2 O Consórcio da Região de Itaberaba e Seabra apresentou Patrimônio Líquido negativo. Em função disso, foi contabilizada uma Provisão para Perdas no valor de R\$ 1.788.260.

3 O Consórcio Público Interfederativo da Região de Saúde de Santa Maria da Vitória não teve Balanço Patrimonial a ser apresentado; porque os repasses financeiros começaram apenas na competência dez/21.



## CAPÍTULO 22

# PANDEMIA COVID 19 - ASPECTOS LEGAIS, ECONÔMICOS, FINANCEIROS E FISCAIS

Em 18 de março de 2020, por meio do Decreto nº 19.549, foi declarada situação de emergência em todo o território baiano em virtude do desastre classificado e codificado como Doença Infecciosa Viral - Cobrade 1.5.1.1.0, conforme a Instrução Normativa do Ministério da Integração Nacional nº 02, de 20 de dezembro de 2016, para fins de prevenção e enfrentamento à Covid-19. Com isso, a economia baiana foi parcialmente paralisada com o fechamento de empresas, escolas e postos de trabalho.

Durante o ano de 2020, o Estado da Bahia, como os demais entes subnacionais, foi contemplado com um conjunto de auxílios, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública resultante da pandemia da COVID-19, enfrentadas pela economia baiana e pelas finanças estaduais, devido às peculiaridades do processo de acomodação sanitária e de saúde impostas ao convívio em sociedade.

Em 2021, apesar de a crise sanitária ter se mantido, tais recursos tiveram uma significativa redução. A tabela a seguir demonstra a receita destes recursos contabilizados pelo Estado da Bahia nos exercícios de 2020 e 2021.



TABELA 15

**RECEITAS ARRECADADAS PELO ESTADO PARA MITIGAR OS IMPACTOS FINANCEIROS DECORRENTES DA COVID 19 OU PARA O SEU ENFRENTAMENTO - COMPARATIVO 2020 E 2021**  
(valores em R\$ mil)

Recurso	2020	2021	Variação %
Fundo Nacional de Saúde - Covid 19 (1)	670.722	563.104	-16,05%
Lei Complementar 173 (2)	2.022.776	-	-100,00%
MP 938 - Lei 14.041/2020 (3)	644.491	-	-100,00%
Lei Aldir Blanc Lei nº 14.017/2020	117.101	2.583	-97,79%
<b>Total</b>	<b>3.455.090</b>	<b>565.687</b>	<b>-83,63%</b>

Fonte: Fiplan Gerencial

Nota 1: Receitas de transferência, rendimentos e restituições da fonte 286

Nota 2: Naturezas de receita 1718991109 e 1718991110

Nota 3: Natureza de receita 1718991107

Nota 4: Natureza de receita 1718991111

Observa-se que o Estado deixou de receber o valor de quase R\$ 2,9 bilhões de reais de auxílios para o enfrentamento à Covid 19 em 2021, quando comparamos com os valores de 2020, representando uma redução de 83,63%.

Seguindo recomendação do Ministério da Economia, conforme Nota Técnica SEI nº 21231/2020/ME, desde o exercício de 2020 foram criadas ações orçamentárias específicas para a execução dos gastos relacionados ao enfrentamento da pandemia. A tabela a seguir demonstra os gastos realizados nos exercícios de 2020 e 2021 nestas ações específicas.

TABELA 16

**DESPESAS EM AÇÕES ESPECÍFICAS DE ENFRENTAMENTO À COVID - COMPARATIVO 2020 E 2021**  
(valores em R\$ mil)

Código	Descrição da Ação Orçamentária	2020	2021	Variação %
4105	Administração de Pessoal e Encargos - Covid-19	30.308	27.881	-8,01%
4107	Administração de Pessoal e Encargos do Grupo Ocupacional de Saúde - Covid-19	88.145	85.418	-3,09%
5365	Apoio a Ações de Combate à Pandemia da Covid-19	349.874	466.808	33,42%

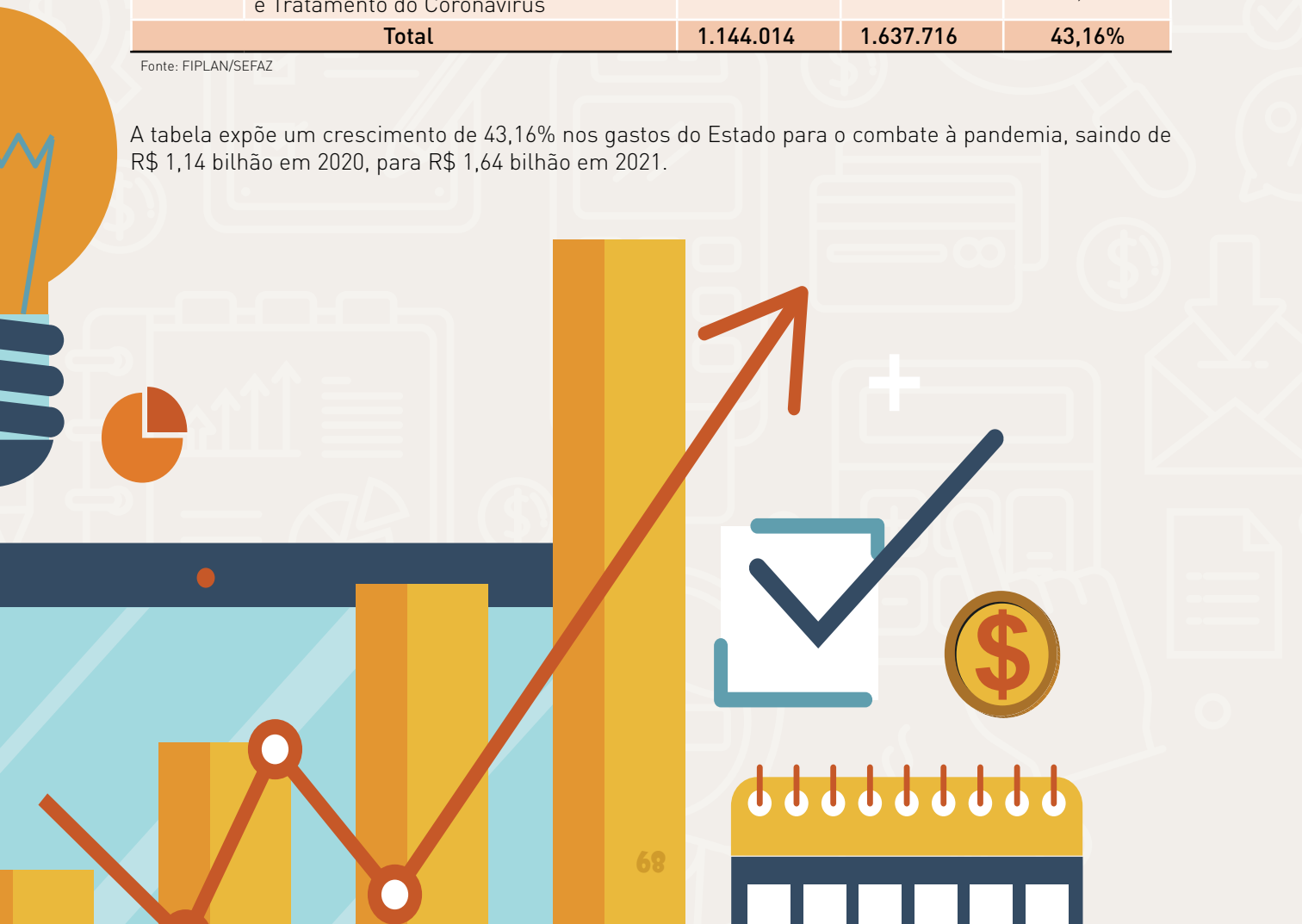
TABELA 16

**DESPESAS EM AÇÕES ESPECÍFICAS DE ENFRENTAMENTO À COVID - COMPARATIVO 2020 E 2021**  
 (valores em R\$ mil)

Código	Descrição da Ação Orçamentária	2020	2021	Variação %
5366	Implementação de Ações para Enfrentamento à Covid-19	536.372	613.937	14,46%
5370	Implementação de Ações para Prevenção e Tratamento do Coronavírus	139.315	443.671	218,47%
<b>Total</b>		<b>1.144.014</b>	<b>1.637.716</b>	<b>43,16%</b>

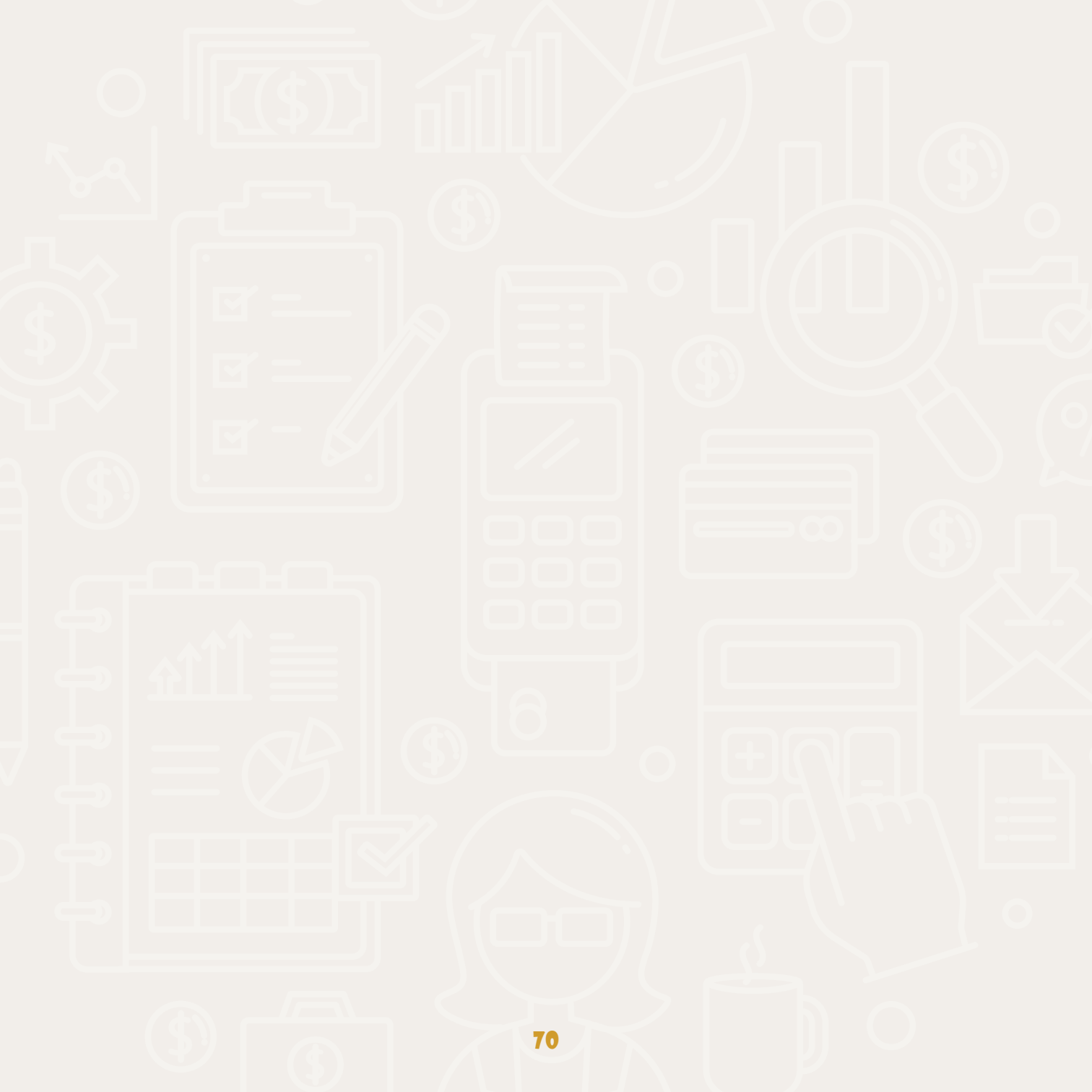
Fonte: FIPLAN/SEFAZ

A tabela expõe um crescimento de 43,16% nos gastos do Estado para o combate à pandemia, saindo de R\$ 1,14 bilhão em 2020, para R\$ 1,64 bilhão em 2021.



## CONCLUSÃO:

Os relatórios constantes da presente prestação de contas demonstram que o Estado da Bahia - apesar da crise que atinge a economia nacional e afeta suas receitas de forma negativa, agravada desde 2020 pelo cenário de pandemia - tem cumprido todos os indicadores constitucionais, os da Lei de Responsabilidade Fiscal e os do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF; tem mantido o equilíbrio fiscal e continua firme no seu propósito de reduzir as desigualdades, criar oportunidades para todos e cuidar do bem estar social.



## Equipe Técnica

1. Arlindo Luiz de Santana Junior
2. Bruno Jesus de Lima
3. Caio Marcio Ferreira Greve
4. Camille Galvão de Moura Bouzas
5. Carina Ramos Santos
6. Carlos Eugenio Neri Miranda
7. Cecilia Queiroz Vasconcelos Gouvea
8. Daniel Lanza Escolastico
9. Erickson Sodre Afonso
10. Felipe Alves Saraiva Barbosa
11. Gil Edielg Santana Sousa
12. Gelio da Silva Figueiredo
13. Guilherme Teixeira Rocha
14. Henry Cezar Ce Filho
15. Ilan Nogueira de Oliveira Santana
16. Ionara Falcao Modesto
17. Ionara Naiara Carvalho Santos
18. Itamar Araujo Gomes Junior
19. Jane Pereira de Santana
20. Jerffson Alves Cirqueira
21. Jorge Jose Vieira da Silva
22. Manuel Roque dos Santos Filho
23. Marcelo Passos de Freitas
24. Marcos Eduardo Almeida de Amorim
25. Otavio Antonio Nunes West
26. Pedro Cruz de Almeida
27. Raimundo Gibernon de Almeida
28. Ramon Francisco das Mercês Santos
29. Renato Cruz da Mata
30. Rodrigo Albuquerque
31. Rodrigo Carreiro da Silva
32. Tereza Neuman Almeida Fonseca Portugal
33. Wellington Das Virgens Correia Junior





SECRETARIA  
DA FAZENDA

SECRETARIA  
DA FAZENDA

---



**GOVERNO  
DO ESTADO**

BAHIA *meu* ORGULHO